

O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular

Karen de Fátima Maciel*

*Thought of Paulo Freire in trajectory of
popular education*

* Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO: Este artigo investiga as principais contribuições do educador e militante Paulo Freire na história da Educação Popular no Brasil. Freire influencia diretamente o campo teórico-metodológico-epistemológico da Educação ao fomentar a questão política da educação. Pauta-se na cultura popular como elemento fundamental para emancipação da classe trabalhadora. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, mostra-se, neste trabalho, a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo, provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido que ultrapassa as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Refletir-se-á sobre a importância do seu pensamento na construção de uma teoria pedagógica libertadora, que se faz primordial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular, Cultura Popular, Paulo Freire.

ABSTRACT: *The paper investigates the main contributions of the educator and activist Paulo Freire in the history of popular education in Brazil. Freire directly influences the theoretical and methodological-epistemological Education to promote the issue of education policy. It is guided in popular culture as key to emancipation of the working class. By understanding the classes as having a knowledge not valued and historically excluded from the knowledge accumulated by society, shows the importance of building an education based on knowledge of the people and the people causing a reading of reality from the perspective of the oppressed in excess the border of the letters and is constituted in the historical and social relations. We will reflect on the importance of thinking to build a liberatory pedagogical theory, which is paramount in building a more just and egalitarian society.*

KEYWORDS: *Popular Education, Popular Culture, Paulo Freire.*

1. INTRODUÇÃO

A educação, no atual contexto da ideologia neoliberal, tem sido vista, pelo viés da Economia, como formação do capital humano. Segue-se um modelo de formação, de sujeitos produtivos para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade.

Nesse sentido, pensar uma educação que venha na direção oposta a essa ideologia, que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos – conscientes e construtores de sua história – requer um aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir da sua realidade.

É fato que a educação popular se configura e reconfigura como algo próprio à história da Educação, porém, pelo seu viés de atuação com as classes populares, não tem tido a relevância necessária por estar dirigida aos sujeitos excluídos do processo educativo, não tendo aparecido como área do conhecimento de importância primordial em Universidades.

Nesse sentido, falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do Educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. Por entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, buscaremos, em um primeiro momento, traçar o histórico das experiências de Educação Popular no Brasil, compreendendo as especificidades que adquiriram em cada tempo e lugar, assim como refletir em relação à influência que os movimentos de cultura popular tiveram na construção de uma concepção de mundo dos sujeitos que sempre estiveram relegados a 2º plano. Finalmente, refletiremos sobre a importância do pensamento de Paulo Freire na construção de uma teoria

pedagógica libertadora, que se faz primordial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO POPULAR

Segundo Brandão (2002), existem quatro posturas visíveis quando se trata de refletirmos a respeito da educação popular.

A primeira postura está ligada ao não reconhecimento da educação popular como escolha da educação que queremos, por não ser considerada como uma visão de mundo, de práticas pedagógicas que aconteceram num dado momento histórico. É entendida como práticas não científicas, primitivas, superadas, enfim, distante de um conhecimento científico, o qual é privilegiado em nossa sociedade.

A segunda postura está ligada à importância do viés cultural da educação popular. Encontra-se mais associada ao campo dos movimentos sociais do que à própria educação, pelo fato e como o senso comum prega não ser vista como tendo um viés político, militante, mas apenas como prática profissional.

A terceira postura está direcionada à educação popular como um fenômeno datado na história da educação de alguns países da América Latina, principalmente no Brasil, tendo como referência principal o educador Paulo Freire. Esta se construiu por meio de experiências de alfabetização popular direcionadas aos jovens e adultos das classes trabalhadoras, e dos Movimentos de Educação de Base, associando projetos de alfabetização à ação comunitária. Configurou-se, assim, como um momento em que esta passou a ser reconhecida e estendida a nível internacional, vista como uma prática educacional relevante.

A quarta postura explícita que a educação popular não foi uma experiência única, mas que “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p.142).

Nesse sentido, a educação popular não pode ser considerada como

algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas

de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo” (BRANDÃO, 2002, pp.141-142).

Esta última é a postura defendida por Brandão (2002) e considerada por nós como a mais adequada, uma vez que existe uma tradição cultural própria da educação explicitada por meio da trajetória de ideias e projetos que se seguem na área da educação. Ou seja, nos mostra diversas experiências que aconteceram no passado e que estão abertas hoje às complexas e múltiplas experiências do futuro, não sendo uma experiência restrita a um projeto exclusivo de educação, nem atrelada a uma única instituição.

Poderíamos inferir, neste sentido, que há três concepções mais comuns de educação popular. A 1ª concepção está ligada à educação direcionada à alfabetização de jovens e adultos no espaço escolar; a 2ª concepção reserva à educação popular o caráter transformador, acontecendo fora do espaço escolar; e a 3ª concepção é mais recente, compreende-a como uma educação política da classe trabalhadora, numa perspectiva tanto de emancipação como de conformação do *status quo*, sendo a escola e a sociedade espaços legítimos de educação popular.

2.1. 1ª CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O contexto econômico social do Brasil, em meados de 1945, foi marcado por profundas transformações na sociedade do capital. O país viveu uma profunda transformação no que se refere à mudança do modelo econômico. O modelo agrário-exportador é substituído pelo urbano-industrial.

Este é um período no qual há uma maior inserção das massas na definição dos rumos da sociedade, momento em que os trabalhadores conquistaram alguns direitos e houve uma demanda maior por mais escolarização em face do crescente número de analfabetos e defasados escolares. É nesse momento de grandes transformações que tem início as primeiras iniciativas de educação popular, que surgem em função do quadro agravante no qual os sujeitos precisariam ser instrumentalizados para contribuir com o desenvolvimento do país.

Para Brandão (2002), a Educação popular surge nos países da América Latina, principalmente em períodos de industrialização, com a função de alfabetizar em massa, sendo uma emergência social notificada por meio das campanhas, dos movimentos e bandeiras de lutas existentes no período.

É importante ressaltar que há neste momento a institucionalização da educação de adultos, através da articulação entre diversos órgãos a exemplo da UNESCO, órgão vinculado à ONU. O Fundo Nacional de Ensino primário é criado de modo que 25% dos recursos sejam aplicados no ensino supletivo destinados para adolescentes e adultos analfabetos. Houve, também, o início de campanhas pela educação de adultos etc. A educação é vista como pré-requisito para a inserção plena dos sujeitos no mundo da produção.

É oportuno citar o que Vanilda Paiva (1984) comenta a respeito da educação de adolescentes e adultos da época:

A educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para uma melhor reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, como pronunciamento de Lourenço Filho: “devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral (PAIVA, 1984, p. 179).

Isto nos mostra a preocupação educativa voltada apenas para a alfabetização como forma de promover a “cidadania”, uma maior participação do povo, ainda que restrita. Na verdade, eram iniciativas de educação popular criadas fundamentalmente para a classe trabalhadora e não com ela, o que nos leva a pensar que eram medidas de dominação desses sujeitos para atenderem às necessidades dos governos, e não às suas próprias.

2.2. 2ª CONCEPÇÃO: A EDUCAÇÃO POPULAR ACONTECENDO FORA DO ESPAÇO ESCOLAR

Em meados dos anos de 1960, o crescimento da participação popular na arena política e nas iniciativas de educação popular concentrou sujeitos coletivos

diversos a favor de uma maior socialização política. Os aparelhos privados de hegemonia¹, como a Igreja Católica, o partido comunista, os movimentos sociais, a União Nacional dos Estudantes (Une), foram importantes instrumentos de promoção da cultura e da educação popular.

Estudos da área nos mostram que até 1964 a relação entre os governos progressistas e movimentos populares era propriamente de colaboração na educação popular. Nesse período, surgem: o movimento de cultura popular (MCP), em Recife, com forte influência socialista e cristã; o Movimento de Educação de base (MEB), criado pela conferência nacional de Bispos do Brasil com o apoio da presidência, fortalecendo o papel da Igreja Católica; o Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela UNE em 1961, utilizando a música, o teatro, e o cinema popular como espaço de formação política; além de campanhas do tipo “De pé no chão também se aprende a ler”, que tiveram como objetivo a alfabetização de crianças e adultos das classes populares.

As CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), tendo a teologia da libertação como parâmetro, fizeram uma importante crítica à Igreja Católica – que havia apoiado o golpe militar – e se tornaram espaços também de reflexão, socialização política e de resistência contra as injustiças cometidas.

As experiências de Educação popular passam a ter um caráter maior de organização política a fim de conscientizar e contribuir na organização popular. Este foi um momento de articulação dos compromissos políticos assumidos com movimentos sociais populares, os quais consideramos como movimentos de classe que tem por objetivo a condução da transformação da sociedade a partir do lugar político popular.

Popular, considerado no sentido de abertura à pluralidade de diferenças entre grupos humanos e frentes de lutas “populares”, a saber: trabalhadores urbanos, subempregados, desempregados, sem teto, trabalhadores rurais em suas diferentes categorias, dos pequenos proprietários camponeses aos boias-frias e deles aos “trabalhadores rurais Sem-Terra”; o que os une, segundo Brandão (2002, p.256), na “difícil categoria excluído que os congregava”.

Brandão (2002) aponta que o objetivo dos movimentos populares não estava pautado na reforma restrita a alguns setores da sociedade, como a questão agrária, por exemplo, mas a uma transformação completa de seus sistemas de produção, de poder e de organização da vida social e cultural

em todos os seus planos e domínios. Dessa forma, as pautas populares de ação direcionavam-se aos setores populares como sujeitos determinantes no processo de transformação social (COSTA, 2007 *apud* BRANDÃO, 2002, p.258).

Nesse processo, há uma forte crítica de cunho ideológico dirigida à educação vigente, dentro e fora da Universidade, respaldada pelo fortalecimento da concepção de educação construída pelos setores populares e com eles.

Como aponta Brandão (2002, p.269), os movimentos populares viveram e vivem momentos de transformação ainda não concluídos, por se abrirem a lutas mais amplas em prol dos direitos humanos, onde a pessoa cidadã “é o sujeito de deveres sociais de teor político, em nome dos quais não apenas reclama os seus direitos”, mas age para construir “um outro mundo possível” de realização plena dos direitos humanos.

Essa análise nos leva à compreensão de que os movimentos sociais de diversas naturezas surgidos em torno de temas como etnia, gênero, ambiente, entre outros, passam a incorporar, de algum modo, o ideário popular. Isso ressalta que a Educação popular não se origina de uma única fonte social, mas parte de ampla gama de ideias, ações “nunca tão política ou ideologicamente centralizada” (BRANDÃO, 2002).

É perceptível que agora a identidade dos movimentos se concentra mais nas articulações feitas pelas teias de relações estabelecidas entre estes, do que por uma identidade construída internamente. Esta identidade se configura principalmente pelo seu papel de transformação ou conservação da sociedade.

Nesse sentido, a Educação e a cultura aparecem como importantes instrumentos de transformação social, passando a ser pensadas, propostas e praticadas a partir das condições das classes subalternas e da visão de mundo das classes populares. Assim, Conforme nos alerta Paiva (1984 *apud* OLIVEIRA, 2001, p.25), a compreensão da cultura popular deveria partir da valorização da produção cultural das massas e da criação das condições para que o povo pudesse não somente produzir cultura, mas usufruir da sua própria cultura.

É neste momento que Paulo Freire aparece como principal idealizador de uma educação que proporcionasse a conscientização do analfabeto, da libertação “do oprimido que hospeda o opressor” por meio do movimento de cultura popular.

2.3. 3ª CONCEPÇÃO: A EDUCAÇÃO POPULAR ACONTECENDO DENTRO E FORA DO ESPAÇO ESCOLAR

Os anos de 1970/1980 aparecem como um período de luta e resistência política. Os movimentos sociais se sobressaem como mobilizadores sociais pela democratização das relações econômico-político-sociais no Brasil. Segundo Caldart (2004), é o momento onde “novos sujeitos sociais coletivos se constituíram”, representando a emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público ou anunciando o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores (GADOTTI, 1980 *apud* OLIVEIRA, 2001, p.29).

Segundo Costa (2007), podemos inferir que se constitui num momento em que as denominações: educação de base, educação de adultos, educação popular e vários outros nomes forjados, de acordo com a conjuntura social e política vivida, se configurará a partir de uma “única” denominação que passou a ser a mais usada, qual seja “educação popular”.

O fim do período militar propiciou um re-despertar dos movimentos sociais quando houve claramente uma disputa entre os projetos de reestruturação social e educacional, tanto na ótica do capital quanto na dos trabalhadores. Nesse sentido, surge em São Paulo, Angra dos Reis e Rio de Janeiro o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) – parceria estabelecida entre o poder público Municipal e os Movimentos Sociais. Por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), visa garantir o direito à alfabetização e à formação de sujeitos conscientes das injustiças sociais e da necessidade de sua participação para a transformação social.

Nesse período, surgem as organizações locais e regionais, a exemplo do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), com atuação em âmbito mundial, que assumem identidade de instituições e de movimentos de/ou através da educação popular. É o momento onde a educação popular aproveita “todas as oportunidades para criar atitudes e comportamentos capazes de conduzir a níveis superiores de atuação política, a organização do povo, [provocando] seu sentido crítico, autônomo, criativo” (BARREIRO, 1997 *apud* OLIVEIRA, 2009. p.29).

Nesse contexto, cabe ressaltar que surge, no final da década de 1980, uma nova iniciativa da educação popular voltada, agora, para os níveis superiores

de educação, como o movimento de pré-vestibulares populares urbanos, tão conhecidos hoje, a partir dos PvnCs.

Como salienta Oliveira (2009):

por ser um tipo de ação destinada à preparação de jovens e adultos para o ingresso na educação superior, os pré-vestibulares populares trazem consigo um caráter de originalidade, uma vez que, ao longo de todo o período desenvolvimentista (1930-1989), os movimentos de educação popular, quer se prestassem para a conservação, quer para a transformação, eram dirigidos exclusivamente para os adultos, os analfabetos ou de baixa escolarização. (OLIVEIRA, 2009, p.31).

A partir dos anos de 1990, vivenciamos o contexto da ideologia neoliberal, da lógica do mercado como regulador das relações econômicas e sociais que consolida seu projeto de sociedade por meio da realização do consenso de Washington. As desigualdades entre os homens passam a ser naturais, as capacidades físicas e mentais de cada indivíduo são vistas como únicos responsáveis pelo sucesso ou insucesso.

Instituições como o Banco Mundial e o FMI passam a nos ditar as novas relações baseadas nas estratégias de focalização, com as ações sociais sendo dirigidas a alguns grupos sociais; na desregulamentação, de modo que os regulamentos dos direitos sociais são suprimidos para não inibir as leis naturais do mercado; na descentralização, como transferência das responsabilidades sociais da esfera da União para os estados e municípios e destes para a sociedade civil por meio da parceria e a privatização, mecanismo que coloca as empresas públicas nas mãos do capital.

A educação, por sua vez, sofre os impactos diretos da política neoliberal. Além de se focalizar as ações somente no ensino fundamental, restringindo a educação básica, foram criados programas em que a sociedade deve resolver os problemas da educação.

Assistiu-se, ainda, ao sucateamento das universidades públicas como espaço de ensino, pesquisa e extensão. Essas passaram a servir aos interesses do capital, criando-se uma muralha ao acesso das classes populares ao Ensino Superior.

Percebemos que, na década de 1990, há, segundo Gohn (1997, p.301), “um conjunto enorme de profundas operações estatais no modo de operar

a economia, as políticas públicas, e na forma de se relacionar na sociedade civil”. A relação, o Estado e os movimentos sociais vão se reconfigurando, uma vez que o Estado neoliberal, a partir da ideologia difundida, vem numa tentativa de consolidar e legitimar os movimentos sociais organizados que caracteriza a formação brasileira para os trabalhadores, enfraquecendo os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, que representam suas reais necessidades.

Entretanto, também é um momento em que alguns movimentos sociais populares vão se fortalecendo, fortificando-se como o MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra, surgidos no período de 1984-1989). Este desenvolve um projeto de educação popular também nos espaços formais de educação, pois “esses movimentos pensam na educação estrategicamente, isto é, articulada à perspectiva de projeto” (PALUDO, 2000, p.240).

O MST toma como tarefa principal a ocupação da escola, desenvolvendo um projeto de educação popular para o movimento; afinal, a educação é vista para além da instituição escolar. A compreensão sobre o papel da escola é reconstruída, não sendo mais apenas compreendida com o aparelho reprodutor do projeto hegemônico de sociedade, mas é vista também como um lugar concreto de uma educação que atenda aos reais interesses das classes populares.

Nesse sentido, segundo Gadotti (1983 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.45) “na crise de educação popular na América latina hoje, muitos educadores encontram saída no interior do Estado capitalista, abrindo espaço para a construção da educação pública popular, procurando tornar popular a educação oferecida pelo estado”.

A educação popular comprometida com a classe trabalhadora é, portanto, uma educação ético-política e intelectual dessa classe, acontecendo em todos os espaços educativos, direcionada ao atendimento das necessidades e dos reais interesses das camadas populares. Ao visar tornar os sujeitos elaboradores de sua própria cultura, acontece dentro e fora dos muros institucionais, tendo a escola como um espaço fundamental de sua realização por ser lugar de cultura, de ciência e de tecnologia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º. 9394/96, expressa o avanço dessa percepção, transcrito em seu artigo 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência

humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 2000, p.9).

Percebemos, ainda, que é visível em nossa sociedade uma tentativa de privilegiar a escola como um espaço de educação formal em detrimento das possibilidades educativas existentes nos movimentos sociais. Estes, por sua vez, possuem uma dimensão educativa por meio das experiências proporcionadas aos sujeitos das práticas sociais. Tendo isso em vista, consideramos que tanto a escola quanto os movimentos sociais são espaços legítimos de desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora.

3. O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Paulo Freire, educador e militante, teve toda a sua vida devotada à construção de uma educação libertadora capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do capitalismo. Considerado subversivo e além de seu tempo, suas reflexões foram construídas na sua prática enquanto educador no Brasil e no exílio. Em pouco tempo, tornou-se a pessoa cujas ideias eram mais ouvidas e dialogadas no âmbito da educação popular. É lembrado como intelectual que mostrou a profunda coerência entre teoria e prática da educação e do educador, de fato revolucionário, que nos mostrou a importância da necessária militância na educação – entendida como um ato político –, contrariando toda a visão que se propunha a uma concepção de educação como uma prática neutra.

A pedagogia freireana é síntese da teorização implícita na prática de Educação Popular. Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança.

A partir da proposta freireana, educadores e educadoras, grupos de movimentos sociais e escolas têm desenvolvido uma ação de Educação Popular. Os elementos defendidos por Freire configuram a teorização desta prática. Elementos esquematizados e organizados a partir de considerações próprias e reinterpretção ou inovação de teorias existentes. Com práticas elaboradas

na experiência com o povo excluído, a partir de diálogo experienciado na ação militante de libertação, Freire revela uma defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social.

Porém, o estudioso não se deteve em apresentar apenas formulações teóricas, filosóficas, didáticas e metodológicas. Ao contrário, constrói uma reflexão e elabora uma teoria pedagógica para as classes populares. Sua preocupação era com o processo de aquisição de conhecimento que fosse propício para que os indivíduos excluídos adquirissem a capacidade de compreender o funcionamento da sociedade na qual se encontram, compreender sua localização nesta e promover uma postura criticamente consciente a partir do reconhecimento e da conscientização.

Segundo o educador, sair da condição de oprimido não é simplesmente deslocar-se para a função de opressor, mas propor uma nova relação social em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum. Partindo dessa premissa, Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética. Propõe uma Pedagogia dialógica na qual parte da problematização da realidade dos educandos para a finalidade de intervenção no mundo.

A Educação Popular, dessa forma, é pautada na dialogicidade. A partir das contradições da realidade capitalista vivida por homens e mulheres, o conhecimento é construído e reconstruído à medida do desvelamento do *vir a ser* na construção do saber realizado no processo de conscientização e na condição de seres históricos e inacabados.

A Educação Popular, na ótica de Freire, se faz popular pelo potencial de organização da classe trabalhadora, possui em sua essência a contestação do sistema político e da ordem econômica vigente. Sua teoria é incorporada por grupos de educadores, militantes e trabalhadores dos movimentos populares para embasar suas práticas educativas. Faz-se também transformadora pelo teor político no trabalho educativo. Gadotti (1983) chama atenção da educação popular como instrumento de transformação:

(...) a Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica (...). Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é

essencialmente político e é o político que é transformador (GADOTTI, 1983, pp.162-163).

A Educação popular, nessa ótica, visa transformar o sujeito em agente político. Político no sentido de ser participante ativo na transformação do mundo e da sua história, construir seres autônomos e capazes na responsabilidade singular de uma organização coletiva em prol de um projeto de sociedade, que tenha como eixo central o ser humano. Ou seja, tendo como instrumento a educação, trata-se, portanto, de recuperar a humanidade que foi roubada e negada aos sujeitos.

Pensar na dinâmica que esse olhar pedagógico sugere é valorizar em primeira instância o saber popular, objeto este primeiro de educação popular (PINTO, 1986). A análise freireana de educação indica um olhar atento ao futuro esperançoso, na qual é possível sonhar e, acima de tudo, lutar por um mundo possível, necessário e urgente, que extermine as relações hierarquizadas de opressão e exploração do trabalho, dos recursos naturais e da vida.

A Pedagogia libertadora prevê uma práxis revolucionária essencialmente autêntica na condução de uma teoria que não se separa da prática. Ao contrário, se caracteriza pela ação dialógica que ela estabelece entre si, supõe a superação da visão mecanicista de educação e das dicotomias na relação teoria-prática. Nesse sentido, é preciso fazer com que o educando se dê conta de seu próprio processo de conscientização, haja vista que ninguém é sujeito da educação de ninguém, a não ser de si mesmo. Não é possível, portanto, falar de educação popular que não se reflete não se inove e não se promova à superação em sua própria prática. É um ato criativo e rigoroso no uso de mecanismos e metodologias na formação de subjetividades individuais e coletivas na qual anseia a integração de diferentes práxis.

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente no processo de luta (FREIRE, 1982, pp 109-110).

Pressupondo que a educação não é – e tão pouco será – neutra, ela sempre trabalhará a serviço de uma ideologia. A educação e a ideologia

caminham juntas na construção de crenças, valores e representações simbólicas no interior dos processos educativos. Traduz o pensamento de uma sociedade, de uma época ou grupo social, traduzindo disputas de ideologias entre as classes que visa tanto a conservação como a transformação de uma sociedade, seja no âmbito da sociedade civil como no campo da sociedade política. Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia da Autonomia” (1996), afirma que: “A qualidade de ser política é inerente a sua natureza. É impossível a neutralidade na educação (...). A educação não vira política por causa deste ou daquele educador. Ela é política”.

Sendo assim, a Educação popular é vista como fonte de produção do conhecimento altamente carregada de intencionalidade. Pela primeira vez se estabelece um vínculo entre educação e política, e educação e luta de classes. A educação deixa de ser vinculada somente à transmissão de saberes e passa a ser ato político (FREIRE, 2003). Constitui um projeto educativo que resgata a concepção mais universal de educação, isto é, a educação como formação humana, qual seja, formação do sujeito em suas múltiplas potencialidades na busca de um sujeito integral.

Os círculos de cultura ganham, nesse sentido, uma inesperada e inovadora dimensão dialógica. O reconhecimento de uma cultura local ganha forma pelas inúmeras experiências de diálogos entre pessoas e culturas. Desloca-se o eixo do educacional para o cultural. O ensinar e o aprender expressa agora valores culturais em uma espécie de tradição inovadora. Esse deslocamento permitia aos educando mais do que a leitura da palavra em si mesma, permitia a leitura do mundo e o reconhecimento de uma cultura própria.

Os movimentos de cultura popular identificam no sujeito o cultural que é inerente à condição do ser humano. Somente homens e mulheres produzem cultura, só eles transformam a natureza e atribuem significados que conferem o seu ato de criar, de inovar, de transformar. A cultura como agregação que o homem faz a um mundo que não foi construído por ele. A cultura como resultado de seu esforço criador e recriador (FREIRE, 1983, p.116).

O Movimento de Cultura Popular não somente questiona e ressignifica o conceito de cultura, como também privilegia o espaço de uma cultura das classes populares em que se opõe à cultura dominante, se apresenta como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional

e, por isso mesmo, como luta constante de integração do homem brasileiro ao nosso processo histórico em busca da libertação econômica, social, política e cultural do povo (CPC- BH, sd., p.85).

Cultura Popular é todo processo de democratização da cultura que visa neutralizar o distanciamento, o desnível anormal e antinatural entre as duas culturas através da abertura a todos os homens (...). Fazer Cultura Popular, portanto, é democratizar a cultura (MACIEL, 1963, pp.143-144).

Sendo assim, a Educação popular se utiliza da produção desses saberes para a formação de identidades coletivas e para o fortalecimento da participação popular nos movimentos populares.

Esta relação – Educação popular e movimento popular – é viável por meio da ruptura radical de um modelo de escola burguesa latente na sociedade, a qual se compromete essencialmente com o modo de opressão capitalista. Esta, em resumo, configura a conservação e divisão das classes sob modo de inculcação da ideologia dominante e conformação de sujeitos passivos e amorfos na produção de valores de pseudoneutralidade² da escola, esta impulsionada a formar mão de obra para a reprodução do capital.

Na perspectiva de confrontar a escola burguesa, a Educação popular – entendida como educação do povo e para o povo – torna-se necessária enquanto oportunizadora das condições intelectuais que iriam proporcionar maior esclarecimento dos trabalhadores para o engajamento e a participação social. Para isso, o combate ao analfabetismo se tornou bandeira de luta dos movimentos de base. A garantia de acesso à leitura e à escrita no âmbito da educação não formal era subsídio indispensável para a conquista de segmentos coesos e orgânicos às suas lutas.

Nesta vertente, a proposta pedagógica da Educação popular nega a educação tradicional da escola, ou seja, nega a educação oficial do sistema. Este mantém engessado um conjunto de conhecimentos disciplinados em conteúdos descontextualizados, sem vida e sem significado aos educandos e submetidos a uma hierarquia irrefletida na organização dos currículos escolares para ser depositado (como nos bancos) na cabeça dos alunos, o que Paulo Freire denominaria de *educação bancária*.

Nesta educação vazia de diálogo e de criticidade só há passividade e o condicionamento de ambos os sujeitos do processo: educando condi-

cionados a apenas ouvir passivamente e educadores condicionados a discursar sem estabelecer relações entre o conhecimento e a realidade concreta (SCHNORR, 2000, p.91).

Segundo Freire, a superação desta educação bancária tem como desafio central a humanização da educação. Implica em reconhecer os sujeitos do processo educativo em seres produtores de sua cultura e de sua história.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, neste trabalho, o grau de importância que o pensamento do educador Paulo Freire teve em ressignificar a concepção de Educação popular. A proposta de uma educação que não se limite somente ao contexto escolar, mas que dialogue com as relações sociais que se estabelecem na sociedade foi a principal marca deixada por esse educador.

É fato, também, que hoje é crescente a luta constante de vários educadores pela garantia de uma escola pública, de qualidade e democrática, na perspectiva de que a Educação popular funcione no sentido de democratizar não somente o ensino, mas também democratizar a sua estrutura, sua mentalidade dominante, suas relações pedagógicas e seus processos educacionais, como é mencionada por Florestan Fernandes (1968).

Isto nos leva a considerar a Educação popular mais que uma proposta de educação, sendo, sobretudo, uma proposta política da classe trabalhadora, cujo objetivo não se esgota em si mesmo. Sua finalidade torna-se decisiva como instrumento de transformação da consciência para uma luta contra-hegemônica. Nesse sentido, a Educação popular deve ser realizada de diferentes esferas, por meio de atividades formais ou não formais, sendo, um produto de práticas sociais. Não se trata, portanto, de uma escolha pedagógica, nem de uma proposta datada e situada num tempo. Ao contrário, através da superação dialética do conhecimento, vão se criando e se recriando novas formas e novas práxis de Educação popular.

Paulo Freire é, dessa forma, uma leitura primordial a educadoras e educadores preocupados com as condições existenciais de seus educandos. A importância da análise freireana se dá em conjunto com educadores e educadoras num constante e necessário diálogo com o mundo e com as possibilidades de sua transformação. É na prática dialética de escutar, refletir,

engajar-se, que a teoria de Paulo Freire encontra sua necessária dimensão pedagógica-política, tão atual e necessária, tantos nos espaços formais quanto nos não formais que pretendam uma emancipação de indivíduos e grupos.

NOTAS

1. Para Gramsci a hegemonia seria a direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação “física” e corpórea é auxiliada pela instauração do consenso. O poder de coesão, conectado ao consenso, constituiria o predomínio de uma visão social de mundo e de convívio social. O espaço da hegemonia é a sociedade civil, em que os chamados “aparelhos privados de hegemonia” são os responsáveis pela disseminação do pensamento dominante assim como Coutinho advoga.
2. No contexto do ambiente escolar, a pseudoneutralidade vislumbraria uma escola que não veicule a ideologização em seus currículos, ou seja, se apresenta neutra diante da formação dos sujeitos e da sociedade.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Expressão popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem-terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DAVIES, Nicholas. **Legislação educacional federal básica**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina.** Campinas: Papyrus, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** São Paulo: Ática, 1968.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo: Ática, 2000.

MACIEL, Jarbas. **Fundamentação teórica do sistema Paulo Freire de educação.** Estudos Universitários – Revista de Cultura da Universidade do Recife, no. 4, Abril - Junho, Recife, 1963.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana.** Universidade Federal Fluminense-UFF. Dissertação de mestrado. Niterói, 2001, pp.152.

_____. **Movimentos sociais e educação popular no Brasil urbano-industrial.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT03-2268--Int.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

PAIVA, Vanilda (Org.) **Perspectivas e dilemas da educação popular.** Rio de Janeiro : Graal, 1984.

SOUZA, Anna Inês. **Paulo Freire: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.